

ADVOGADOS PÚBLICOS NA LEI N° 14.133/2021

**31 de março a
04 de abril**

carga horária: 20 horas



Área temática

**Assessoria jurídica
e controle**

Capacitação indispensável para advogados públicos, assessores jurídicos e auditores. Domine os assuntos-chave e as controvérsias da Lei nº 14.133/2021 para aprimorar sua atuação nas contratações públicas!

A seguir, conheça o **PROGRAMA COMPLETO!**

O curso

Esta é uma capacitação tradicional no calendário Zênite e que ganhou ainda mais relevância por conta das importantes inovações da Lei nº 14.133/2021, com a ampliação da atuação e responsabilidade dos advogados públicos, da auditoria e do controle nas contratações públicas.

Por isso, preparamos um curso aprofundado, com destaque para os assuntos-chaves e que precisam ser dominados pelos advogados públicos, tanto assessores jurídicos quanto auditores.

Haverá, ainda, um momento especial com a participação dos dois professores para troca de ideias, discussões e solução de questões polêmicas que serão escolhidas e propostas pelos participantes.

Prepare-se para dar conta das atribuições e controvérsias que a nova Lei de Licitações impõe aos advogados públicos e agentes públicos que atuam no controle das contratações.

Quem **deve participar** desta capacitação:

- **Assessores e procuradores jurídicos**
- **Advogados públicos**
- **Profissionais da auditoria**
- **Profissionais dos controles interno e externo**
- **Gestores das áreas da contratação pública**



Motivos para participar

Conhecer as novidades, as polêmicas e os pontos de atenção da nova Lei que impactam a atuação dos assessores e procuradores jurídicos, dos auditores e demais profissionais do controle.

Estudar e debater as principais novidades e alterações sobre licitações e contratos com renomados especialistas no tema.

Estudar e trocar ideia com especialistas no tema.

Compreender os entendimentos do TCU que devem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei.

Entender o papel, as atribuições e a responsabilidade dos assessores, dos procuradores jurídicos e dos profissionais do controle no processo de contratação pública de acordo com a nova Lei de Licitações.



Os professores *Currículos descritivos na próxima página.*



**José Anacleto
Abduch Santos**



**Ricardo Alexandre
Sampaio**

José Anacleto Abduch Santos

Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da Parana Previdência; e Presidente de Comissões Especiais e Permanentes de Licitação no Estado do Paraná.

Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra *Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021* (Forense, 2022). Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.

É possível acessar o descritivo completo com o currículo dos professores no *site* desta capacitação. Acesse em: www.zenite.com.br

Agenda da capacitação



Data:

**31 mar a 04
ABR**

Carga Horária:

**20
horas**
(14h às 18h)*

Replay:

**por até
07
dias**

* **PERGUNTAS & RESPOSTAS:** Ao final de cada aula será destinado um tempo para troca de ideias e solução para as dúvidas enviadas via *chat*.



Programação completa



Aulas 1 e 2 • Dias 31 mar. e 1º abr., das 14h às 18h

Professor: **José Anacleto Abduch Santos**

GOVERNANÇA, LINHAS DE DEFESA E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

- 01** A Lei nº 14.133/2024 tem importante disciplina sobre o controle das contratações. Quais as principais diretrizes? De acordo com nova Lei, quais as linhas de defesa que atuam no controle das contratações e como são integradas?
- 02** Qual o papel da assessoria jurídica e da auditoria no que se refere à governança das contratações?
- 03** Qual o papel do controle interno no plano da nova Lei de Licitações? A atuação do controle interno é obrigatória?
- 04** Quais as recomendações principais para a atuação da advocacia pública no controle judicial de licitações e contratações públicas? Quais os limites de atuação do jurídico, especialmente considerando o mérito de escolhas do gestor/autoridade? Quais os limites da avaliação de legitimidade da contratação?
- 05** O advogado público pode ser responsabilizado pelo conteúdo de seu parecer? Em que circunstâncias? Pode responder administrativa, civil e penalmente? O que disciplinam o CPC e a LINDB sobre esse tema? O advogado público será responsabilizado apenas diante de dolo ou também de erro grosseiro? Quais os entendimentos do TCU e do STF?
- 06** De acordo com a nova Lei, em que casos e condições a defesa dos agentes públicos nas esferas administrativa, controladora e judicial pode ser realizada pela Advocacia Pública? Quais são os precedentes do TCU sobre esse tema?
- 07** Quais os cuidados para definir documentos padronizados e pré-aprovados? Quais as cautelas para a avaliação de adoção da minuta pré-aprovada no caso concreto? Esse tema pode ser devidamente regulado?

TEMAS EM DESTAQUES E PRECEDENTES DO TCU QUE DEVEM ORIENTAR A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DA NOVA LEI

08 Quais os pontos de atenção e críticos que precisam ser dominados pelos assessores jurídicos, inclusive a partir de precedentes do TCU que irão orientar a interpretação e a aplicação da nova Lei, sobre os seguintes temas:

- I. Fase preparatória e documentos de planejamento, pesquisa de preços e gestão de riscos – O que deve ser objeto de maior cuidado na análise de legalidade?
- II. Controle da qualidade do objeto da contratação: amostra, certificação, prova de conceito, vedação/exigência de marca – Quando exigir e quais os requisitos legais?
- III. Parcelamento e reunião do objeto – Quando dividir e quando reunir? – O que deve guiar essa definição?
- IV. Subcontratação
- V. Consórcio
- VI. Sistema de Registro de Preços (SRP)
- VII. Contratação de remanescente de compra, obra e serviço – Novidades da Lei nº 14.133/2021 – Como ficam os contratos formalizados com base no regime anterior?



Aulas 3 e 4 • Dias 02 e 03 de abril, das 14h às 18h

Professor: **Ricardo Alexandre Sampaio**

TEMAS EM DESTAQUES E PRECEDENTES DO TCU QUE DEVEM ORIENTAR A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DA NOVA LEI (continuação)

08 Quais os pontos de atenção e críticos que precisam ser dominados pelos assessores jurídicos, inclusive a partir de precedentes do TCU que irão orientar a interpretação e a aplicação da nova Lei, sobre os seguintes temas:

- VIII. Habilitação – O que pode ser exigido e dispensado – Pontos de destaque sobre a qualificação técnica
- IX. Impugnações e recursos
- X. Correções e saneamentos de falhas na habilitação e na proposta/planilha de custos – Limites do saneamento
- XI. Inexigibilidade de licitação – Contratação de serviços técnicos por notória especialização
- XII. Inexigibilidade de licitação – Fornecedor/prestador exclusivo
- XIII. Credenciamento
- XIV. Dispensa pelo valor e fracionamento indevido

- XV. Dispensa por emergência
- XVI. Instrução dos procedimentos de dispensa e de inexigibilidade
- XVII. Garantia contratual
- XVIII. Contratos por escopo e por prazo – Diferenças e implicações práticas
- XIX. Definição dos prazos contratuais – O que deve guiar essa decisão
- XX. Prorrogação da vigência nos serviços e fornecimentos contínuos
- XXI. Prorrogação nos contratos por escopo
- XXII. Alterações quantitativa e qualitativa do contrato
- XXIII. Revisão, reajuste e repactuação do contrato e a preclusão do direito
- XXIV. Extinção dos contratos e os direitos do contratado
- XXV. Aplicação de penalidades e o processo administrativo
- XXVI. Decretação de nulidade, evolução de entendimentos e ponderação dos prejuízos



Aula 5 • Dia 04, das 14h às 18h

Professores: **José Anacleto Abduch Santos**
Ricardo Alexandre Sampaio

ANÁLISE DE PONTOS MAIS RELEVANTES

- ▷ Resumo com pontos mais importantes, melhores práticas e dicas aplicadas.

DEBATE EM FOCO: TROCAS DE IDEIAS E SOLUÇÃO DE QUESTÕES POLÊMICAS E SITUAÇÕES CONCRETAS

- ▷ Respostas às questões que serão escolhidas pelos participantes em votação eletrônica e às perguntas enviadas pelos participantes via *chat* e selecionadas pela Equipe Zênite.

Investimento

CONDIÇÃO ESPECIAL

R\$ **3.270,00**

por participante

03+01

Ebook: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública

A cada 03 inscrições pagantes, a Zênite disponibilizará **01 inscrição cortesia**.

Apostila digital específica do curso

Certificado



Certificação Zênite:
qualidade e excelência **garantida**.

[Consulte todas as opções de pagamento](#)

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas abaixo:

Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X

Banco Bradesco | Ag.: 5750 | Cc: 0797822-7

Caixa Econômica | Ag.: 1525 | Cc: 000578231404-0

Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7

Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 13001725-8

Observação: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



Importante

O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay, para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorridos os 7 dias do replay, serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do participante, que são individuais e intransferíveis.

Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).



Questões técnicas

Para o bom funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

- Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - Internet de 10Mbps (de preferência por cabo)
- Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome, Edge, Opera ou Safari. Evitar o Explorer.
- Banda ideal: Inbound participante: 3 Mbps

Para o acesso à plataforma do curso é necessário que a rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de Mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br>; *.pluz.app; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com;

Importante: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

